



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.706, DE 2022

(Do Sr. Danilo Cabral)

Altera a Lei 12.608, de 10 de abril de 2012, para dispor sobre o envio de notificações de alerta e de orientações sobre desastres naturais à população em áreas de risco, por meio de ferramenta ou aplicativo do Sistema Nacional de Informações e Monitoramento de Desastres Naturais instituído no âmbito da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA
AMAZÔNIA E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE LEI Nº , DE 2022
(Do Sr. Danilo Cabral)

Altera a Lei 12.608, de 10 de abril de 2012, para dispor sobre o envio de notificações de alerta e de orientações sobre desastres naturais à população em áreas de risco, por meio de ferramenta ou aplicativo do Sistema Nacional de Informações e Monitoramento de Desastres Naturais instituído no âmbito da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o envio de notificações de alerta e de orientações sobre desastres naturais à população em áreas de risco, por meio de ferramenta ou aplicativo do Sistema Nacional de Informações e Monitoramento de Desastres Naturais instituído no âmbito da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 2º O art. 6º da Lei 12.608, de 10 de abril de 2012, passa a vigorar acrescido de §3º, com a redação que segue:

.....
“§3º O sistema de informações e monitoramento de que trata o inciso V do caput deste artigo disporá de ferramenta ou aplicativo que permita o envio automático de notificações de alerta das autoridades competentes à população em áreas de risco, bem como de orientações regulares, de caráter educativo, sobre padrões comportamentais a serem observados em situações de emergência decorrentes de desastres naturais.” (NR)

Art. 3º Este Lei entra em vigor na data de sua publicação





JUSTIFICAÇÃO

Nas chuvas que atingiram a cidade de Petrópolis/RJ no começo de 2022, uma das várias cenas que chocaram o País foi a de um ônibus sendo arrastado pela enxurrada e com vários passageiros a bordo. Especialistas afirmaram que os ocupantes não observaram os sinais que indicavam um rápido aumento no volume da água. Segundo eles, as pessoas não possuem a orientação e conhecimentos necessários de como proceder em casos de chuvas mais intensas e que produzem estragos rápidos.

No mesmo sentido, em meados de maio de 2022, o Secretário Nacional da Defesa Civil, no contexto das fortes chuvas ocorridas na região metropolitana de Recife, em Pernambuco, manifestou-se sobre a falta de uma cultura de percepção de risco e comportamento da população diante dos alertas emitidos pelas autoridades públicas.

Segundo o Secretário, treinamentos do plano de contingência com a comunidade e orientação adequados têm potencial para salvar vidas, complementando os necessários – mas ainda escassos - investimentos públicos para contenção de encostas, melhoria da habitação e retirada de pessoas das áreas de risco.

Para pessoas que vivem em áreas de risco é importante, como forma de prevenção prévia, a colocação de móveis e eletrodomésticos em locais altos, a retirada de todos os aparelhos da tomada e a separação de documentos importantes, entre outros cuidados que podem ser tomados para minimizar os estragos das enchentes.

Desde 1991¹, as inundações e enxurradas ocupam a terceira posição dentre os desastres naturais mais recorrentes no Brasil, com 21% e 12% respectivamente, perdendo apenas para desastres relacionados à estiagem e seca, que somaram no período 51%.

Vale destacar que coube ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Informações a responsabilidade de implantar um sistema de alertas antecipados da probabilidade de ocorrência de desastres naturais, associados aos fenômenos naturais que mais causam vítimas fatais no país, os deslizamentos de encostas e as inundações. É nessa perspectiva que se insere a criação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden), tendo por objetivo usar tecnologias modernas de

¹ Fonte: Atlas Brasileiro de Desastres Naturais. Florianópolis: Ceped/UFSC, 2013, p.118.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

monitoramento e previsões hidrometeorológicas e geodinâmicas. Os alertas produzidos pelo Cemaden são inseridos no sistema logo após serem observados pelos especialistas.

De acordo com Pedro Camarinha², especialista em geodinâmica do Cemaden, existem três níveis de riscos de desastres: moderado, alto e muito alto. Ainda de acordo com Pedro, qualquer mudança que ocorra gera um novo informe, que é enviado ao Cenad (Centro Nacional de Gerenciamento e Riscos e Desastres), órgão responsável por alertar os municípios e as Defesas Cíveis.

Por essa razão, protocolamos a presente proposição que objetiva fortalecer a rede transversal já existente para gestão de riscos de desastres, que conjuga sistemas para monitoramento e alertas, tais como o Sistema Nacional de Informação e Monitoramento de Desastres Naturais e o Sistema Nacional de Monitoramento e Alertas, buscando respostas mais ágeis para que os alertas de riscos feitos pelas autoridades competentes alcancem de fato e de maneira mais eficaz a população potencialmente atingida.

Pelo exposto, solicitamos o apoio dos nosso pares para aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 2022.

Deputado **Danilo Cabral**

PSB/PE

² <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2022/06/07/nenhum-desastre-e-natural-um-dia-no-cemaden-que-monitora-chuvas-e-secas.htm>



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 12.608, DE 10 DE ABRIL DE 2012

Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

CAPÍTULO II
DA POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - PNPDEC

.....

Seção II
Das Competências dos Entes Federados

Art. 6º Compete à União:

I - expedir normas para implementação e execução da PNPDEC;

II - coordenar o SINPDEC, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

III - promover estudos referentes às causas e possibilidades de ocorrência de desastres de qualquer origem, sua incidência, extensão e consequência;

IV - apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no mapeamento das áreas de risco, nos estudos de identificação de ameaças, suscetibilidades, vulnerabilidades e risco de desastre e nas demais ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação;

V - instituir e manter sistema de informações e monitoramento de desastres;

VI - instituir e manter cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;

VII - instituir e manter sistema para declaração e reconhecimento de situação de emergência ou de estado de calamidade pública;

VIII - instituir o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil;

IX - realizar o monitoramento meteorológico, hidrológico e geológico das áreas de risco, bem como dos riscos biológicos, nucleares e químicos, e produzir alertas sobre a possibilidade de ocorrência de desastres, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

X - estabelecer critérios e condições para a declaração e o reconhecimento de situações de emergência e estado de calamidade pública;

XI - incentivar a instalação de centros universitários de ensino e pesquisa sobre desastres e de núcleos multidisciplinares de ensino permanente e a distância, destinados à pesquisa, extensão e capacitação de recursos humanos, com vistas no gerenciamento e na execução de atividades de proteção e defesa civil;

XII - fomentar a pesquisa sobre os eventos deflagradores de desastres; e

XIII - apoiar a comunidade docente no desenvolvimento de material didático-pedagógico relacionado ao desenvolvimento da cultura de prevenção de desastres.

§ 1º O Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil conterá, no mínimo:

I - a identificação dos riscos de desastres nas regiões geográficas e grandes bacias hidrográficas do País; e

II - as diretrizes de ação governamental de proteção e defesa civil no âmbito nacional e regional, em especial quanto à rede de monitoramento meteorológico, hidrológico e geológico e dos riscos biológicos, nucleares e químicos e à produção de alertas antecipados das regiões com risco de desastres.

§ 2º Os prazos para elaboração e revisão do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil serão definidos em regulamento.

Art. 7º Compete aos Estados:

I - executar a PNPDEC em seu âmbito territorial;

.....
.....
FIM DO DOCUMENTO